

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

## Salão Nobre de Melgaço

Sessão Ordinária nº 9  
de 22 - 04 - 2023

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Rita Manuela Alves a)	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Maria das Dores Vaz Fernandes b)	P	Estrela Meleiro Rodrigues f)	P
Bárbara Lima c)	P	Maria Filomena Teixeira Reis g)	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Manuel Cândido Afonso d)	P	Alfredo Domingues	P
Diogo Pereira e)	P	Amadeu Esteves	P
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	José Manuel Alves Fernandes h)	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	P	<b>P-Presença F-Falta</b>	
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P		
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P		

- a) Substitui Pedro João Mendes de Sousa e Silva
- b) Substitui Maria José Rodrigues Dias
- c) Substitui António Manuel Domingues
- d) Substitui Vítor Sílvio Cardadeiro
- e) Substitui Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues
- f) Substitui Amado Dias
- g) Substitui Edgar Fernando Barreiros Rodrigues
- h) Substitui Manuel Fernando Teixeira Pereira



Quando eram dez horas, do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e três, deu-se início à sessão.

Após a verificação dos deputados e presidentes de junta presentes, a Presidente da Assembleia, colocou a votação a ata da última reunião. Foi aprovada por maioria, com quatro abstenções dos deputados que não estiveram presentes nessa reunião.

Assunto n.º1	Período de “Antes da Ordem do Dia”
--------------	------------------------------------

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia abriu as inscrições para este ponto da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados: Aurora Soares, Manuel Rodrigues, Augusto Pinto, Maximiano José Gonçalves, Diogo Castro e José Albano.

A deputada Aurora cumprimentou a Mesa e restante Assembleia. Referiu que na passada reunião falou da questão do abate das árvores na estrada da Vila – Castro Laboreiro e o Senhor Presidente respondeu, na altura, que estariam numa fase de exigir compensações à empresa Ventominho e que já havia alguns compromissos assumidos. Falou da plantação de novas árvores, da colocação de railes e também falou de outras ações necessárias para compensar o abate. A deputada viu numa notícia do município que foram plantadas 120 árvores, mais na zona de montanha. Apesar de se congratular com essa plantação, acha que fica aquém das expectativas, pois acreditava que a renovação seria com um número superior de árvores. A deputada questionou se iriam ser plantadas mais árvores, principalmente na zona de S. Paio. e se os pequenos parques existentes ao longo da estrada para pequenas paragens e descanso também iriam ser alvo de reconstituição. Também pediu um esclarecimento ao senhor Presidente sobre os railes de segurança, se já foram colocados e onde, e que outras ações foram exigidas à empresa responsável por essas intervenções. O que até agora foi feito pareceu-lhe uma compensação diminuta face aos prejuízos que causou.

Estando a uma semana da Festa do Alvarinho, a deputada Aurora também aproveitou para desejar que a festa corra bem pois, certamente, trará muita gente ao concelho e espera tudo corra pelo melhor, principalmente aos produtores.



A Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Manuel Rodrigues que iniciou por cumprimentar a Mesa e todos os presentes. A sua intervenção prendeu-se com a Melsport. Pelo que analisou, o deputado entendeu que a Melsport seria um poço sem fundo. Na última reunião de câmara foi aprovado um subsídio extraordinário de 135 mil euros mais juros. O município esteve a injetar um valor considerável nos últimos dez anos nessa empresa, o que em média perfaz 500 mil euros ao ano. O senhor deputado perguntou ao senhor Presidente se a administração da empresa tinha um plano de negócios de modo a inverter essa situação, se os objetivos estariam bem definidos e controlados. A seu ver, a empresa tem que gerar receitas próprias para ser sustentável, o que não se tem verificado. Também na última reunião, o senhor deputado quis saber acerca de outra empresa municipal, a Cura-Aquae, com um buraco financeiro considerável, de mais de 400 mil euros. Apesar de o presidente responder que se os resultados fossem negativos seria o parceiro a assumir, existe esse buraco financeiro correspondente a dívidas a fornecedores. E colocou a questão de se haveria algum plano definido, se pensavam fazer uma reestruturação financeira, se pensavam resolver esse problema e se os fornecedores receberiam o que lhes é devido. A esperança no hotel iria ajudar, mas se nada mais for feito, só por si o hotel não chegará.

Em seguida interveio o deputado Augusto Pinto. Após cumprimentar todos os presentes, iniciou por dizer que na sua última intervenção na assembleia, a propósito do subsídio de 100 mil euros para a fundação Serralves, no Porto, que os senhores presidentes de junta, só aprovaram aquela decisão por estarem “obrigados” à disciplina de voto. O que esta a acontecer é uma grande trapalhada! Voltou a reforçar essa ideia porque ficaram a saber que havia juntas de freguesia que não tinham capacidade financeira para comprar uns míseros 20 sacos de cimento. Tinham que mendigar ao município valores dessa ordem de grandeza para satisfazer necessidades básicas. Portanto, não têm dinheiro, mas aprovaram que o município entregasse 100 mil euros a uma fundação com bastante património. Outro dos assuntos abordados, foram as casas de fronteira de S. Gregório. O deputado disse que teve conhecimento da revogação de um contrato que o município não conseguira cumprir, preparando-se para outro contrato de um empreendimento turístico. Aproveitou para relembrar os presentes de que o Senhor Presidente de câmara afirmou que aquele espaço iria ser a sede do projeto NUTRIR. Afirmou também de que existiam 90% de probabilidades do referido projeto passar para as

casas de fronteira. E, de seguida, questionou: “o que é que se passou para haver esta reviravolta?”, “Existe algum investidor que o tivesse feito mudar de opinião?” “Em que moldes ficará o projeto?”. O deputado terminou a sua intervenção, desejando que a festa do Alvarinho corresse bem a todos.

A intervenção seguinte foi do deputado Maximiano Fernandes. Cumprimentou toda a Assembleia e, de seguida, mencionou três pontos da sua intervenção. O primeiro, a propósito de uma exposição que estaria a decorrer na casa da cultura de Melgaço, com o tema “As artes de pesca nas pesqueiras do Rio Minho”, da responsabilidade da Associação de pescadores do Rio Minho, que é a prova de que se faziam coisas da cultura melgacense, aproveitando as instituições, e que deu mote à recente inscrição/candidatura apresentada das pesqueiras do Rio Minho no Inventário Nacional do Património Imaterial. Outro assunto é que estava a decorrer em Castro Laboreiro o 34.º Encontro Galego/Português de Educadores pela Paz, uma iniciativa que foi organizada pela Nova Escola Galega, com o apoio da Camara Municipal e da junta de freguesia de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro. Mais uma iniciativa que prova o envolvimento em torno dos temas culturais. Nesse encontro o concelho de Entrimo também homenageará o povo de Castro Laboreiro, como agradecimento pela solidariedade demonstrada pelo povo Castrejo no período da depressão Franquisca. O último assunto da sua intervenção está relacionado com a plantação das árvores, entre a Vila e Castro Laboreiro. A paisagem já melhorou um pouco, mas não é fácil. O deputado também passou por situação semelhante na sua freguesia, com algumas alterações por causa da passagem dos aero-geradores, e disse que não era fácil destruir e construir-se novamente, mas que as coisas estariam a ser faladas e que a seu tempo iriam ficar definidas.

Por último, questionou o senhor Presidente sobre a questão do Espelho de água de Castro Laboreiro. Vai-se vendo e ouvindo pela comunicação social, disse Maximiano Gonçalves, e ao lerem algumas coisas lá escritas por pseudo-ambientalistas, apesar da consideração que tem por eles, alguns, escreveram nas redes sociais coisas que entendeu que não foram dignas de serem escritas pelos ditos ambientalistas. Considera que era uma reabilitação da zona ribeirinha de Castro Laboreiro que se estava a fazer. O deputado esteve lá e viu o referido Espelho de água, deixando um desabafo: casou, há muitos anos, no Parque Nacional da Peneda Gerês, e sempre ouviu as pessoas dessa zona dizerem que gostavam muito do parque, eram, por vezes prejudicados, por estarem dentro do

mesmo, mas que não deveriam ser considerados como uma reserva de índios. Considera-se bonito estar lá no parque, os amigos de todos os lados passam de visita e achavam-no muito bonito, mas não deixavam que as pessoas que estavam dentro do parque usufríssem e tivessem as mesmas garantias daqueles que não moram lá. Concluiu, pedindo ao senhor Presidente que lhes fizesse um ponto de situação desse assunto.

O deputado Diogo Castro iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia. Falou da grande expectativa sobre a nova cara da Festa do Alvarinho, que será uma grande Festa, a melhor, e um orgulho para os melgacenses que contribuem para que isso aconteça.

Outro assunto por ele abordado, foi a exposição do Património das Pesqueiras, anteriormente falado, como forma de divulgação do Património de Melgaço. Muita gente de Alvaredo, gente dinâmica que ama o rio, e os melgacenses em geral, deveriam ter orgulho em que essa gente esteja disponível para cuidá-las, melhora-las e sobretudo para divulgar o Património dentro e fora do concelho.

A propósito da Fundação de Serralves e do subsídio atribuído, lançou um desafio ao senhor Presidente da câmara: aproveitar a exposição da casa da cultura, e fazer uma abordagem à Fundação Serralves para que a dita exposição fosse apresentada em Serralves, de forma a divulgar esse património.

Outro dos pedidos do senhor deputado, foi um ponto de situação da zona empresarial de Alvaredo, e que focasse a questão anteriormente falada da construção da rotunda que fará a ligação da estrada nacional e da zona empresarial de Alvaredo. Esta é uma preocupação para a junta dessa freguesia, pois os trabalhos vão avançando e com a circulação de veículos pesados poderia ser um problema. E para quando a construção, em altura, da zona empresarial de Alvaredo, com a construção de fábricas e o seu desenvolvimento. Também pediu que o Presidente fizesse um ponto de situação sobre as casas de arrendamento acessível em Alvaredo, tema abordado na última assembleia municipal.

Por último, deixou um agradecimento público à camara municipal, pelo apoio prestado à obra do escoamento de águas em Alvaredo. Era uma obra que há mais de 10 anos que estava pendente de autorizações privadas. Tudo foi resolvido e só



assim foi possível desbloquear essa obra, com a ajuda do município que também concedeu um subsídio para esse efeito.

No uso da palavra que lhe foi concedida o senhor deputado José Albano Esteves Domingues iniciou a sua intervenção começando por apresentar cumprimentos à Mesa da Assembleia, na pessoa da senhora Presidente, ao Presidente da Câmara e Vereadores, aos Presidentes de Junta e Deputados, à senhora técnica e ao público presente.

Endereçou, seguidamente, uma palavra de apreço à Mesa, pelo cuidado tido em não agendar a reunião em curso para o fim-de-semana coincidente com o certame "Feira do Alvarinho e do Fumeiro", onde, segundo disse, as preocupações deveriam ser outras.

Aproveitou para desejar que o dito certame corresse da melhor forma possível, e acrescentou que se queremos que seja a melhor festa do mundo temos de trabalhar para que tal aconteça, o que em certa medida dependerá de todos nós.

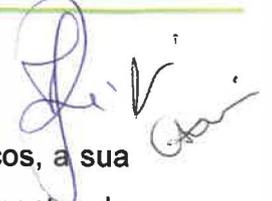
Numa outra nota dirigida à Mesa pediu que todos os documentos lhes fossem enviados de uma só vez e logo que possível, em suporte de papel para quem o solicitou, e tal porquanto a Certificação Legal das Contas e o Parecer e Relatório dos Revisores Oficiais, tal como já havia acontecido em anos anteriores, apenas lhes haviam sido remetidos, e por e-mail, no dia 20 de abril, quando já existiam desde o dia 17 e quando já haviam acompanhado a Prestação de Contas aprovada na reunião de Câmara do dia 18.

Entrando depois, propriamente, nos assuntos que referiu querer abordar, o senhor deputado focou primeiramente o da construção de habitação para arrendamento acessível na freguesia de Alvaredo, dizendo que já haviam tido a oportunidade de deixar bem clara e expressa, em anterior reunião do órgão, a posição da sua bancada acerca deste projeto, sendo sobejamente conhecidos os contributos que apresentaram em ordem a que fosse melhorado, que, fundamentalmente, a seu ver, deve ir de encontro àquelas que são as expetativas, os receios e as preocupações dos moradores da freguesia. Referiu ter ouvido o senhor Presidente da Câmara dizer que na reunião ocorrida no passado mês de fevereiro com os habitantes de Alvaredo estavam presentes umas trinta pessoas e que as vozes discordantes não ultrapassavam a meia dúzia. Acrescentou ter



também escutado o líder da bancada do Partido Socialista na anterior Assembleia a qualificar de “acessórias” as questões ou preocupações que a este nível foram levantadas. Informou terem tido agora conhecimento da existência de um abaixo-assinado que, a respeito deste projeto, e contestando-o, particularmente no que concerne à volumetria da construção projetada, foi subscrito por cento e noventa e três cidadãos com ligações a Alvaredo, um número de subscritores que não anda longe do de votantes nas últimas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021, pelos vistos das mais concorridas de sempre. Garantiu, de seguida, que os deputados do PSD, e ele em particular, nada tinham a ver com esse abaixo-assinado, e que, concordando-se, ou não, no todo ou em parte, com as reivindicações que no texto que o capeia vêm plasmadas, era imperioso que as mesmas não caíssem em saco roto, devendo motivar o esforço e redobrado empenho da Autarquia na redefinição do projeto, da volumetria ou intensidade da projetada construção, e na conceção ou implementação de espaços de utilização coletiva, quer sejam de natureza económica, quer sejam de lazer, para que, a final, beneficiem e melhorem o projeto. Para finalizar, pediu ao senhor Presidente da Câmara que lhes fizesse o ponto de situação desse dossier.

O assunto que o deputado José Albano Domingues tinha para apresentar em segunda linha prendia-se com o “Espelho de Água” em Castro Laboreiro. Quanto a este tema o senhor deputado principiou por dizer que já todos, certamente, haviam ouvido falar do projeto de Requalificação da Zona Ribeirinha de Castro Laboreiro, mas que o que mais, e mais recentemente, se tem falado em nada abona a favor de um território que se quer exemplar na abordagem que faz à sua paisagem e na interação que produz com os seus recursos naturais. Afirmou entristecê-lo ver a Câmara Municipal de Melgaço a ser acusada da prática de ilegalidades, escutar na comunicação social que o Presidente da Câmara mentiu, ao afirmar que existia um parecer favorável da APA quando, afinal, o parecer emitido não permitia a construção desta obra, nos termos em que estava a ser executada, realçando que a afirmação da inexistência do parecer não era sua, deixando-o ainda desgostoso ver Castro Laboreiro, uma das duas aldeias de Portugal situadas no concelho, e um ícone do turismo local, onde, ao fim de semana, se vê muito mais gente do que na própria Vila de Melgaço, associada a toda esta celeuma e novela. Fez, de seguida, um parêntesis para deixar claro que os deputados da sua bancada não estão contra este projeto em Castro Laboreiro (independentemente da forma da sua execução,



coisa distinta, e de defenderem a utilização sustentável dos recursos hídricos, a sua proteção e valorização), entendendo uma tal infraestrutura como complementar de outras valências já existentes, de outros pontos de atração e das riquezas do território, uma infraestrutura que, segundo disse, é querida pelas gentes e pelos agentes locais, e que a seu ver pode constituir mais um polo dinamizador ao nível económico e um atrativo para quem nos visita e procura Castro Laboreiro. Afirmou já não compreender, porém, e em primeiro lugar, que sendo condição (em ordem a ser desnecessária a emissão de parecer favorável por parte do ICNF) que o espaço físico para implementação do projeto estivesse classificado como solo urbano, ou integrado no aglomerado urbano de Castro Laboreiro, o que apenas foi conseguido com a recente (segunda) revisão do PDM, não se tenha esperado a sua publicação e entrada em vigor (ocorrida em 23 de março de 2023) para dar início à empreitada, lembrando que se já se havia esperado quase sete anos (uma vez que a obra fora aprovada em 2016), também se poderia esperar mais dois ou três meses, e, em segundo lugar, que independentemente de o projeto contender, ou não, com o leito do Rio Laboreiro, de estar assegurada, ou não, a recuperação e manutenção das galerias ripícolas, e de ser ou não obrigatória a obtenção, junto da Agência Portuguesa do Ambiente, através da Administração da Região Hidrográfica do Norte, da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos (porventura só a movimentação de máquinas no leito do rio, do mexer nas suas margens, do destruir do coberto vegetal, ou de se desviar uma parte do seu caudal, conduzindo-o para alimentar o espelho, já justificaria essa obrigatoriedade), certo é que a jurisprudência das cautelas imporia que se tivesse solicitado a emissão de um tal Título de Utilização Hídrica. Disse, em jeito de conclusão, que para os deputados da bancada do PSD o projeto sim, que estavam de acordo, mas que o procedimento (seguido pela Câmara Municipal) não, porque não isento de irregularidades e, ademais, com consequências. Falando em consequências, o deputado José Albano Domingues afirmou que o bolso dos contribuintes não suportará gastarem-se duzentos e tal mil euros para nada, e menos suportará que se gastem mais cem mil para o desmantelamento das construções e a reposição da situação anterior à realização dos trabalhos já executados. Aludiu a que de acordo com o previsto no artigo 81º, nº 3, alínea a), do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio (que estabelece o Regime da Utilização dos Recursos Hídricos), conjugado com artigo 22º, nº 4, alínea b), da Lei nº 50/2006, de 29 de agosto (Lei Quadro das Contraordenações Ambientais), a



utilização dos recursos hídricos sem o respetivo título (a que obriga a denominada Lei da Água – Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro) constitui uma contraordenação ambiental muito grave, punível, em caso de dolo, com uma coima de valor mínimo de 240.000,00 €uros (mínimo que na versão originária da lei era de 500.000,00 €uros) e que vai até aos 5.000.000,00 €uros, acrescentando que também os contribuintes não querem, de todo, ter de pagar esta coima. O senhor deputado prosseguiu a sua intervenção dizendo que no anterior mandato viram o senhor Presidente da Câmara, assim como alguns deputados da bancada do Partido Socialista, extremamente revoltados, e com um discurso inflamado, contra um senhor deputado do PSD, o Pedro Silva, e tão só porque este havia questionado uma determinada entidade acerca do cumprimento, por parte da Câmara Municipal de Melgaço, do Regulamento de Proteção de Dados, o que, no dizer daqueles, poderia determinar a aplicação ao Município de uma coima de milhões de euros, algo que pelos vistos não aconteceu, pois caso contrário de tal já teríamos ouvido falar, mas que acaso assim não fosse que o senhor Presidente da Câmara os elucidasse. E finalizou a sua intervenção dizendo que é agora tempo de o senhor Presidente da Câmara e companhia demonstrarem a mesma revolta e inflamação, de arregaçarem as mangas e lutarem, abnegadamente, pela defesa dos legítimos interesses do território que os elegeram.

A Presidente da Mesa, a propósito dos documentos para esta reunião que foram enviados mais tarde, e que foram referidos pelo senhor deputado José Albano Domingues nomeadamente, Certificação de Contas, bem como, Parecer e Relatório dos Revisores de Contas do Município, foram aprovados na reunião de câmara e só depois é que foram enviados aos revisores de contas para irem à assembleia municipal devidamente assinados.

A Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos deputados.

O Presidente da Câmara cumprimentou a mesa na pessoa da Presidente e restantes elementos da assembleia. Começou por responder às questões colocadas pela deputada Aurora Soares, sobretudo relacionadas com a questão das estruturas para a passagem das eólicas, que aumentarão a produção energética do município, e conseqüentemente criarão riqueza para as freguesias onde ficarão colocadas, através de uma renda. Durante a preparação de todo este processo houve um



diálogo com a empresa Ventominho, que transmitiu essa informação aos subempreiteiros. Essa empresa comprometeu-se, e estaria a cumprir aquilo que se definiu, que seria restabelecer a normalidade, isto é, fazerem a limpeza dos sobrantes do abate de árvores, sobretudo na zona mais baixa do território onde foi necessário abater pinheiros e eucaliptos, para criar um espaço de passagem das estruturas. Limpeza que não estaria ainda completa, mas estavam a segui-la e a pressionar a empresa para que ficasse terminada, desde Lamas de Mouro até à vila, sobretudo em S. Paio, que teria sido a primeira freguesia onde houve as primeiras intervenções na arborização. Exigiram também, um conjunto de outras compensações que foram a plantação de árvores e a colocação de railes, cujo levantamento foi realizado pelos serviços do município pois, em algumas zonas, o abate deixou a estrada em condições de segurança inferiores aquelas que tinha. Na zona de Lamas de Mouro foi feita essa intervenção com a plantação de 120 árvores, menos do que as que teria anteriormente, mas de forma a que o futuro ficasse acautelado. Devemos acautelar que o parque eólico poderá ser sujeito a uma renovação completa. As máquinas neste momento lá colocadas já têm 20 anos e muitas delas já estariam a perder a sua capacidade de produção. Com certeza que a empresa no futuro gostaria de fazer a sua renovação. E, nessa altura, não o fariam com máquinas daquela dimensão, mas sim com máquinas mais atuais. Quanto às áreas de descanso, seriam pequenos recantos, onde a estrada permite que haja zonas de paragem e que ficarão acauteladas com a mesma qualidade até Lamas de Mouro e Castro Laboreiro.

Relativamente à festa do Alvarinho a que a deputada Aurora Soares fez referência, o Presidente disse que não tinha dúvidas de que seria uma grande festa. Aproveitou para falar de um conjunto de temas relacionados com este assunto. Uma festa que se faz ininterruptamente desde 1995 e foi realizada, em moldes diferentes, até com as condicionantes que houve em período de pandemia. Começou junto ao espaço da câmara municipal e que foi evoluindo ao longo destas 29 edições. Uma festa que se transformou, que se profissionalizou, que tem um carácter de festa vínica, marcado pela festa do território e da apresentação dos produtos locais. Nos últimos anos, para além daqueles que vêm de vários pontos do país e emigrantes, temos recebido no território público de excelência e grandes profissionais ligados ao sector dos vinhos. Não é importante trazer só uma multidão ao fim da noite para dançarem ao som da música. O importante é posicionar o território, os produtores e



os seus produtos, no mercado nacional e no exterior. Essa é a marca de Melgaço e a forma de o fazer. Este ano, disse o Presidente, apresentarão algumas novidades: aumento do espaço, mudando para uma tenda lateral a gastronomia, e ficando a tenda principal maior para poderem apresentar de forma mais pormenorizada alguns vinhos de forma mais cuidada e privada. Do ponto de vista de comércio e negócio, será criado um espaço para conversas direcionadas para esse efeito. A festa é negócio, quando se vende ao publico, e quando se vende no espaço das adegas dos produtores. Vêm representantes do vinho e da distribuição à festa fazer negócio. Também haverá inovação na área da animação, que se conjugará com todo este processo para alavancar o território e a economia que se gera em todas as áreas.

O deputado Manuel Rodrigues falou das duas empresas municipais: Melsport e Cura-Aquae. Sobre a Melsport, que o senhor deputado referiu ser um buraco sem fundos, o Presidente disse que era um motor extraordinário de desenvolvimento para o município e continuaria a ser. Apontam falhas da câmara sobre esses números. Deveriam fazer um estudo sobre as atividades que a Melsport realiza e o impacto económico que estas têm para o território, como é o caso do Melgaço Alvarinho Trail, que engloba um número elevado de pessoas que dormem e comem no nosso território. Quanto dinheiro fica no território quando se faz uma prova como o campeonato nacional de XCO, que nesse momento tinha dimensão internacional? Que impacto tem na economia? Não há esse reconhecimento muitas vezes, mas com esses eventos trazidos ao longo do ano, todos ganham nas várias áreas. Portanto, do ponto de vista dos eventos, captação de estágios, e o conjunto de outras ações, o território ganha muito mais do que esses 135 mil euros que foram necessários reforçar nas contas da empresa. Se entendem que a economia gerada por tudo isso, não é importante para o território, terão que repensar as coisas de outra forma. Também é prestado um grande serviço social, para além de tudo, e esse, também tem que ser contabilizado. O acesso ao ginásio e à piscina e que permite a utilização de todos os melgacenses. Sem a Melsport, como é que estaria cá uma Escola Superior de Desporto e Lazer, questionou o Presidente. A crescer todos os anos, junta 500 estudantes, a crescer em qualidade, a crescer em afirmação e é uma das escolas do Instituto Politécnico de Viana do Castelo mais procurada e mais poderosa. Para além do curso tem CTESP'S e estão a preparar-se para um segundo curso e para doutoramentos. Esta escola só foi possível, e com essa qualidade, porque havia Centro de Estágios. Portanto, o que procuraram fazer



na Melsport foi requalificação do espaço, 800 mil euros de investimento, para ficar estruturalmente qualificada. Com a ajuda da Fundação para o Desporto, está a ser preparada uma candidatura para transformar o centro de estágios num centro de alto rendimento, dedicado sobretudo ao futebol e ao ciclismo. No ano passado conseguiu-se aumentar 25% o volume de faturação. Mesmo assim, não houve a possibilidade de ter saldo positivo, porque aumentou a despesa. Em 2022 foi possível fazer uma requalificação salarial de todos aqueles que trabalham na Melsport e que considera justa. Mesmo assim, não se equiparam os trabalhadores da Melsport aos salários e carreiras da câmara municipal. Seria justo, mas ainda não foi possível equipara-los. Também devemos acrescentar a questão dos custos energéticos que dispararam no ano passado. Por tudo isto, no final deste ano, foi necessário fazer um ajuste nas contas da Melsport.

A Cura-Aquae, um assunto que é trazido à Assembleia uma vez mais. Referiu o Presidente que todos sabem as dificuldades de gestão da dita empresa, com aquele carácter e com aqueles serviços. Têm esperança de que o novo hotel traga outro dinamismo às termas, de forma séria e criteriosa. O hotel está a evoluir e espera-se que, no final de 2023, início de 2024, os operadores coloquem o hotel em funcionamento. É necessário devido à grande procura de alojamento e à dificuldade de acomodar estágios no centro de estágios. O Presidente elogiou uma vez mais os empresários que têm sido resilientes, de uma grande capacidade de resistirem a essas dificuldades de um modo extraordinário. Está a ser feito trabalho no sentido de reduzir aquilo que são os custos esmagadores da operação termas, que são os custos com a energia e estão a colocar painéis solares para produção energética, para que, em vez de caldeiras de gás se arranje outras formas de fazer o aquecimento das águas e tornar essa operação sustentável.

O deputado Augusto Pinto falou de trapalhada, começando por falar de miserabilismo a que chegaram as juntas de freguesia pois tinham que pedir apoio para uns míseros sacos de cimento. Trapalhada, disse o Presidente, era o facto de o senhor deputado não se informar de como as coisas funcionavam. A câmara municipal há décadas que apoia as juntas de freguesia em materiais, como poderiam confirmar os presidentes de junta presentes. O que se está a passar neste momento é que o que até agora era feito de outra forma, hoje através da contabilidade de gestão e de custos, é exigido que cada um dos apoios tenham tratamento diferenciado. O procedimento é mais formal e sujeito a deliberação do



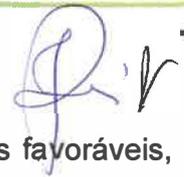
executivo da câmara. Por isso, pela primeira vez foi realizado um exercício desses à junta de freguesia de Cristoval, que seria o apoio que estaria em causa. É um mero formalismo. Continua depois a trapalhada, apoiando as juntas de freguesia, como é o caso da obra do alargamento do cemitério de Paderne no valor de 400 mil euros. À junta de freguesia de Penso, foram entregues para a requalificação do edifício o valor de 240 mil euros e, ainda a essa junta, entregou-se 150 mil euros para a construção da casa mortuária. Não é correto dizer que não havia investimento nas juntas de freguesia.

O senhor deputado também falou das casas de fronteira. Trapalhada? Não, evolução! Com um projeto, na área social e com a colaboração do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Não foi possível avançar com esse projeto porque no quadro comunitário não conseguiram valor para esse investimento. Quando começaram a desenvolver o projeto NUTRIR, que atualmente tem uma dimensão muito considerável no território, e a evoluir para o centro tecnológico no Alto Minho, colocou-se a hipótese de instalar esse projeto nas casas de fronteira. Também a capacidade de financiamento desse projeto, não lhes permitiu de imediato avançar com isso. Agora, com o novo quadro comunitário e com o que está a ser desenhado, haverá condições para poderem chegar a um projeto NUTRIR, mas no centro tecnológico do Alto Minho. Entretanto, têm empresários interessados naquele património para transformar em oferta turística. Estão a fazer todo o trabalho junto da tutela para que abra o concurso e que esse projeto possa ser acomodado nas casas de fronteira, para que possam ser recuperadas e serem um ativo na economia e no território.

O deputado Maximiano falou da exposição patente na Casa da Cultura, e o Presidente saúda o facto de aparecerem organismos e associações interessadas na matéria da cultura. Pobre é o município onde toda a iniciativa da cultura fica fechada nas paredes da sua Câmara Municipal. É fundamental que a sociedade civil dê provas desse trabalho. Falou-se das pesqueiras e do trabalho desenvolvido que permitiu o reconhecimento das artes da pesca, como património imaterial de interesse nacional. Saúdam o trabalho feito pela fábrica da igreja paroquial de Chaviães, que permitiu que a sua igreja fosse também ela reconhecida recentemente como património de interesse nacional. Saúdam a paróquia da Vila que com a ajuda de uma equipa do município, de forma a que a sua igreja matriz,

também venha a ser reconhecida como imóvel de interesse nacional. O município tem tido a preocupação de tomar e de apoiar essas e outras iniciativas.

Relativamente ao espelho de água, abordado pelo deputado Maximiano, e depois também pelo deputado José Albano, este insere-se num projeto desenvolvido em 2016 pela câmara municipal com uma entidade consultora que desenhou o projeto. O projeto teve várias ações, e o espelho de água seria uma dessas intervenções. As outras seriam a recuperação da casa das veigas e espaço circundante, já feita e com grande qualidade; o circuito que passa no espelho de água e veigas e regressa à vila de Castro Laboreiro; a requalificação da ponte que será feita integralmente e cujo processo está a ser ultimado por quem sabe de património. O projeto do espelho de água, respeita e requalifica integralmente o espaço onde é colocado. Pretende-se que seja um ponto de uso da água para quem é de Castro e para quem vai a Castro, e pretende requalificar aquele espaço, nomeadamente, requalificar a margem que estava desacomodada antes da obra ser feita, requalificar a galeria ripícola que tantos ambientalistas falam e que não existia. O estudo apresentado e que está no município dá nota disso. Portanto, segundo o Presidente, o espelho de água é um projeto bem conseguido, do ponto de vista de projeto e de intervenção. Todo este projeto foi sujeito a avaliação das entidades. Em 2016, e há provas disso, foi entregue a todas as entidades o projeto global de intervenção na zona de Castro Laboreiro. A avaliação das entidades e concretamente da APA, (e o presidente pediu ao deputado José Albano para além de se ater aquilo que a comunicação diz, tivesse também o cuidado perceber aquilo que os documentos realmente diziam), dizia que relativamente ao espelho de água, em 2016, num parecer assinado por um técnico, em nome do atual vice-presidente da APA, dr. ° José Carlos Machado, diz o seguinte: “comunica-se V. Ex.ª que analisamos os elementos remetidos. Se considera que as intervenções previstas asseguram a recuperação e manutenção das galerias ripícolas existentes na área do projeto, não alterando o estado da massa de água ou colocando esse estado em perigo, pelo que no âmbito da utilização de recursos hídricos, se emite parecer favorável à pretensão”. Disse o Presidente que, o que estava em causa depois de tudo isto, não é a forma, são os ambientalismos, os pseudo-ambientalismos. O espaço onde o espelho de água está inserido é, no âmbito do PDM, aprovado e publicado no espaço sujeito a licenciamento da Câmara Municipal e não só. Começaram a obra em outubro porque nessa data já tinham consultado com todas



as entidades na última reunião de aprovação do PDM, com os pareceres favoráveis, para que o PDM fosse a discussão pública e aprovado. Aqui não está em causa o espelho de água, está em causa o Parque Nacional e a possibilidade de os municípios fazerem aquilo que acham que deve ser feito para desenvolver os seus territórios. E vêm senhores de Lisboa, montados no seu ambientalismo, por em causa tudo o que se faz pelos territórios. Esses mesmos senhores que puseram em causa muitas vezes, a capacidade de o Parque ter produção de carne animal. A capacidade dos jovens se colocarem no Parque Nacional, em Lamas de Mouro, Castro Laboreiro, em Montalegre, em Terras de Bouro, Arcos de Valdevez e na Ponte da Barca e avancarem com a produção de carne animal. Impediram, várias vezes, que se fizesse investimento na área de turismo no Parque Nacional Peneda Gerês, reduzindo a capacidade de intervenção nuns míseros 500 metros. É com isso que se estão a confrontar, e não com o espelho de água. Não podem permitir que estes senhores ponham em causa os verdadeiros ambientalistas, que são a população de Castro e Lamas de Mouro, que há séculos trabalha dedicadamente. Qual é o paradigma dessa gente pseudo-ambientalista? Abandonem aquilo, desapareçam de lá as pessoas e deixem aquilo transformar-se numa selva, referiu o Presidente. Portanto, vão lutar, fizeram a sua defesa bem estruturada do ponto de vista jurídico, bem alicerçada do ponto de vista científico, para que haja um recuo. É pena que estas coisas aconteçam, disse o Presidente, e que o PSD ponha em questão a postura da câmara quanto ao assunto. O trabalho tem sido grande, do ponto de vista do investimento público nesses territórios, sobretudo do ponto de visto do turismo. Recentemente, o Presidente teve oportunidade de receber Carlos Sá, que prepara o Ultra Trail Peneda – Gerês, que sairá no dia 27 de Melgaço e referiu que, não havia outro município no Parque Nacional e no Alto Minho, que tenha feito o trabalho que Melgaço fez. Melgaço fez uma rede municipal de trilhos, organizada, estruturada e bem marcada. O trilho do Mouro, o último, será inaugurado brevemente. Esse é o trabalho que se tem feito, a somar a um conjunto de outros para dar dinamismo aos territórios. Há muita procura em Castro Laboreiro para reabilitação do património. É bom ver que esse trabalho tem dados os seus frutos.

O deputado Diogo Castro lançou um desafio: levar para fora as exposições do município. Segundo o Presidente, outra coisa não tem feito. Prova disso são as exposições exteriores em que o município esteve este ano em Berlim, no ano passado em La Rochelle, em Famalicão e outros pontos. Haverá oportunidade de,



com os parceiros, de abordar essas matérias e levar estas questões a vários pontos do país.

A questão da Zona Empresarial, evoluindo a grande ritmo. Estão a um mês e meio de a inaugurar. Mas mais importante é ter um trabalho bem definido. Está a ser feito em paralelo o trabalho de terem o lote registado, o regulamento pronto quando a obra estiver pronta, e haver condições para lançar concurso para que as parcelas fiquem ocupadas. Existem intenções de investimento, que esperam, no concurso possam singrar. O passo seguinte é haver fábricas, empresas a criar riqueza no território. Quanto à questão das rotundas para a Zona empresarial, e outra para a zona de Prado, o trabalho está a ser feito. Relativamente à rotunda de Prado, têm o projeto aprovado pelo IP, relativamente à de Alvaredo, o projeto está ainda a ser trabalhado com o IP, ainda sem aprovação. Esperam que, nos próximos dois anos, ambas sejam colocadas no terreno. Não estarão prontos na inauguração da zona empresarial, mas a seu tempo estarão colocadas.

Depois, o senhor Presidente fez uma referência à habitação, uma necessidade forçosa no município. É bom ajustar o acelerar de venda de património, e intenções de investimento na área da habitação no território. Se se pretendem pessoas no território, terá de haver claramente de habitação. A somar essas intenções de investimento privado, têm de somar o investimento público. Esse é um dos grandes problemas do país. Salvo a habitação social, todos estes anos a habitação é privada. Mas não há um parque publico de habitação, e esse é objetivo do governo. É necessário encetar a construção de um parque público de habitação, que seja complementar à habitação construída por privados, e que ajude a regular os preços da habitação. E é esse trabalho que o município esta a realizar e a quem agradece a ajuda do Presidente da junta de Alvaredo. Receberam o abaixo assinado de que o deputado José Albano falava, e houve a oportunidade de transferir o ofício e o enquadramento teórico aos senhores vereadores na última reunião de câmara. Estão a analisa-lo e têm o dito documento em consideração e tem que o fazer para que possa atender as duas expectativas: a da população, onde, por ventura possa acontecer o investimento e do território relativamente à habitação. O exercício que o executivo terá de fazer, ouvindo todos aqueles envolvidos, é o de serem capazes de gerir essas duas expectativas. O projeto não avançou mais, apenas foi feita uma avaliação do terreno por parte do IRHU, e todas as fases seguintes serão comunicadas e conversadas também na Assembleia Municipal. O Presidente não vai



dizer mais do que isso porque seria populismo, ou seja, dizer que não vão fazer nada porque receberam um abaixo assinado é populismo. E ninguém nesse executivo é populista. É necessário conversar com a população sobre aquilo que poderá ser o percurso futuro deste projeto.

Já após a resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções dos deputados no período de “Antes da Ordem do Dia”, solicitou o uso da palavra o deputado José Albano Esteves Domingues, pedindo quatro a cinco minutos para responder a afirmações que nessa resposta haviam sido feitas. Sendo-lhe a palavra concedida pela Mesa, principiou pela questão do Centro de Estágios, afirmando que o senhor Presidente da Câmara até pode não ser populista, mas que é mestre na habilidade de não responder ao que lhe é perguntado, acabando por responder com “bugalhos” a “alhos”. Contextualizou esta afirmação lembrando que o deputado Manuel Rodrigues, da bancada do PSD, havia falado num buraco financeiro nas contas da empresa “Melsport” e que o líder do executivo camarário respondeu que os eventos organizados em Melgaço trazem gente e deixam dinheiro no território. O senhor deputado afirmou também que não se pode inverter a ordem das coisas, que não cabe aos deputados da bancada do PSD apresentar estudos, e que se o senhor Presidente da Câmara afirma o que afirma é porque tem dados que indicam quantas pessoas é que tais eventos trazem ao território e quanto dinheiro é que as organizações do Centro de Estágios aportam, devendo apresentar tais números à Assembleia, em ordem a saber-se, designadamente, se os mesmos cobrem os cerca de 500 ou 600.000,00 €uros que todos os anos a Câmara Municipal de Melgaço injeta no Centro de Estágios. Referenciando, em segundo lugar, a resposta do senhor Presidente da Câmara ao deputado Manuel Augusto Oliveira Pinto, o deputado José Albano perguntou-lhe se fora aquele senhor deputado que, afinal, havia sonhado com o número de cento e tal euros, a que fez referência como o do valor de um apoio pedido por uma Junta de Freguesia à Câmara, ou se tal apoio, em espécie, fora, como de facto foi aprovado numa reunião da Câmara Municipal e até em data recente. E acrescentou, quanto a este ponto, que se as Juntas de Freguesia tivessem aprovadas transferência de verbas suficientes do Orçamento Municipal não precisariam de andar com estes pedidos, que de facto são miserabilistas, por se estar a falar de pouco mais de 100,00 €uros, num orçamento de dezenas de milhões. Um terceiro ponto focado neste pedido de intervenção contendeu com as Casas de Fronteira, questionando o deputado José Albano o



senhor Presidente da Câmara se sendo certo, como este disse, que tem acautelado o património da área de fronteira, o porquê da não execução do projeto a que se haviam proposto aquando do acordo ou convénio assinado com a Direção do Património e a Tutela, para o que tiveram mais de seis anos, e o porquê de tantos anos se terem perdido sem nada acontecer. Finalmente, num quarto tema, relacionado com o espelho de água em Castro Laboreiro, o senhor deputado líder da bancada afirmou que os deputados do PSD não falam de cor, que também se informam, que conhecem bem os argumentos apresentados pela Câmara Municipal de Melgaço em exercício do direito de audição e defesa quanto à decisão da APA, mas que conhecem, igualmente, os fundamentos apresentados por tal entidade para ordenar a suspensão da empreitada e para pedir à Câmara Municipal de Melgaço a apresentação de um projeto de desmantelamento da infraestrutura, decisão essa que, como o Executivo sabe, está fundamentada. Já quanto ao parecer da APA, emitido em 2016, o deputado José Albano questionou se a empreitada foi executada rigorosamente de acordo com o que havia sido projetado e de acordo com o que havia sido pressuposto pela APA aquando da emissão do referido parecer. É que, prosseguiu, tanto quanto sabe isso não aconteceu, e a Câmara Municipal, no exercício do direito de audição, até o admite, concedendo em que tenha havido movimentações no leito do rio, destruição do coberto vegetal, escavações e movimentações de terras na margem do rio, e tanto o tendo admitido que até promete requalificar o espaço, deixar tudo como antes ou até melhor, indo ao ponto de prometer o uso de telas, no decurso dos trabalhos de ora em diante a executar, que impeçam que ocorra a contaminação das águas. O senhor deputado perguntou, de seguida, como pode não ter havido irregularidades quando é certo que a obra começou em outubro de 2022 e o PDM revisto, onde tal espaço aparece classificado como solo urbano, legitimando a intervenção, apenas entrou em vigor quase seis meses após. Finalizando esta sua intervenção, o deputado José Albano defendeu que se deve apresentar defesa sim, mas não só, devendo interpor-se recurso hierárquico caso a decisão final da APA venha a ser desfavorável e, em necessário sendo, fazer mesmo a sua impugnação judicial, mas que a necessidade de recurso a estes meios apenas se verifica porque, de facto, algo não foi, da parte da Câmara Municipal, feito como se devia.

Terminada a intervenção do deputado José Albano Domingues, usou da palavra o deputado Manuel Rodrigues. Somente para dizer ao senhor Presidente



que, quanto à explicação sobre a Melsport, dá a impressão de que O PSD é contra a sua existência. Não são contra a existência da Melsport, apenas contra o tipo de gestão da Melsport. É o mais fácil, faz falta dinheiro, bate-se à porta do acionista e este injeta mais dinheiro. Essa é a questão. Nunca o senhor Presidente ouviu a bancada do PSD dizer que era contra o Centro de Estágios. E deixou uma questão: Qual é o retorno económico das atividades que referiu, pode-o quantificar?

O senhor Presidente da Câmara apenas disse que, relativamente ao espelho de água, o que estava construído era exatamente aquilo que estava no projeto. Que não se confundisse a obra e o projeto. Com o processo de obra, e aí podem admitir, alguma coisa poderá não ter corrido tão bem. Mas, não havia nenhum desvio entre projeto e obra e por isso, consideraram que a APA não estava de boa fé nesse processo. Portanto, o espelho de água não é um problema formal, não fosse a mediatização feita, a partir da suposta questão ambiental. A defesa foi bem estruturada e o presidente está à espera da conversa com a APA, no âmbito dessa defesa, e chegarão com certeza a bom porto. A Apa apresentou um parecer, ao qual têm o direito de defesa, que diz que tendencialmente poderão exigir a reposição da situação inicial. Mas é contra isso que se vão debater. O presidente deixou os parabéns à população de Castro Laboreiro, porque na sua maioria, têm estado a acompanhar o projeto.

Relativamente à gestão do Centro de Estágios, o seu resultado foi a capacidade que tiveram de aumentar o volume de negócios e acelerá-lo, mesmo com os constrangimentos que têm, como é o caso da hotelaria.

<b>Assunto n.º2</b>	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal</b>
---------------------	---

A Presidente da Mesa questionou o senhor Presidente se pretendia acrescentar alguma coisa ao documento enviado a todos os deputados. O senhor Presidente abordou a questão de terem produzido um documentário sobre Melgaço: biodiversidade e valores naturais. Quando lhes colocaram a questão da defesa do ambiente, deu nota de que o têm feito e mostrado. Acrescentou também que a



antena de móvel do Ribeiro de Cima, já se encontrava em funcionamento, com energia provisória, e a breve prazo entraria também em funcionamento a Antena de transmissão no Ribeiro de Baixo. Serão inauguradas brevemente e permitem que a população tenha rede móvel e fibra.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a presidente da mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

<b>Assunto n.º3</b>	<b>Análise e votação da isenção do pagamento da taxa anual aplicável a toda a ocupação do espaço público, nomeadamente das esplanadas e ainda as previstas no art.º 2.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Domínio Público, para o ano de 2023</b>
---------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente, que prescindiu da mesma.

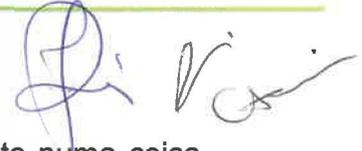
Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto, que foi aprovado por unanimidade, e aprovado em minuta por unanimidade.

<b>Assunto n.º4</b>	<b>Análise e votação do Relatório Final do pedido para contração de um Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 2.291.646,35€ e os respetivos compromissos plurianuais, bem como, autorização nos termos do n.º2 do artigo 51.º da Lei 73/2023, de 12 de setembro</b>
---------------------	---

O senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório à Assembleia Municipal.

Terminada a apresentação do Presidente da Câmara, pediram a palavra para intervir os deputados José Albano Domingues e Francisco Reis de Lima.

Neste ponto da ordem do dia o deputado José Albano Domingues começou, em jeito de colaboração com a Mesa, e em ordem à retificação, por acusar um lapso na redação do ponto quatro da ordem de trabalhos, ao aludir à Lei nº 73, do ano de 2023, de 12 de setembro, quando seguramente se queria aludir à Lei nº 73 do ano



de 2013. Afirmou, seguidamente, concordar com o senhor Presidente numa coisa, se bem que numa perspetiva diferente, pois que se o Governo criou um diploma que abre a porta à revisão de preços, onerando os cofres dos Municípios, deveria, não apenas possibilitar o recurso a empréstimos bancários (pois que, afinal, quem vai ter de pagar são os próprios Municípios) mas antes apoiá-los com verbas, a transferir diretamente do Orçamento de Estado. Notou, depois, que sempre haviam escutado o senhor Presidente da Câmara dizer, mesmo quando era acusado da falta de realização de obra, ou de não haver obras emblemáticas associadas aos seus mandatos, que a sua grande aposta, ou o seu legado, passava pela redução do passivo do Município de Melgaço, acrescentando não saberem se o senhor Presidente da Câmara e o Executivo PS já deixaram cair esta trave mestra da sua governação. Relembrou que os deputados da sua bancada já anteriormente haviam votado favoravelmente a contração de empréstimos, por os entenderem inevitáveis para a execução de obras que eram necessárias e até urgentes, dando como exemplo a requalificação das piscinas municipais cobertas. Afirmou não ser uma incoerência defender mais investimento no território, e a criação de dinâmicas económicas, quando se não concorda com a contração de empréstimos, tendo em conta que as fontes de financiamento se não esgotam no recurso à banca. Alertou que o Passivo do Município de Melgaço, entre o corrente e o não corrente, em 31 de dezembro de 2022 ascendia já a cerca de 19.000.000,00 €uros. Referiu, por outro lado, não estarem convencidos, quanto a este concreto pedido de empréstimo, da sua necessidade ou inevitabilidade, e da fundamentação apresentada para a sua contratação. Quanto aos justificativos apresentados para as revisões de preços por parte dos empreiteiros, consequentes ao aumento dos preços das matérias-primas e da mão-de-obra, o deputado José Albano perguntou se não seria possível, aquando do planeamento e projeção das obras, fazer plantas, memórias descritivas e cadernos de encargos, que fossem mais exaustivos e pormenorizados, em ordem a evitar esta posterior necessidade de onerar o erário público com a despesa inerente aos juros e comissões associados a um empréstimo bancário. E quanto à revisão de preços propriamente dita informou que o Decreto-Lei nº 36/2022, de 20 de maio, estabelece um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos, possibilitando que os empreiteiros, verificando-se determinados pressupostos, apresentem ao dono da obra um pedido de revisão extraordinária de preços, mas que tal não significa, contrariamente ao que parece

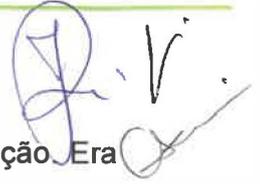


resultar da “informação Interna”, que a Câmara Municipal de Melgaço tenha de aceitar, e pagar, tudo quanto o empreiteiro lhe apresente. Lembrou que o dono da obra nem só não é obrigado a aceitar como poderá, no mínimo, nos termos do disposto no artigo 3º, nº 3, do referido Decreto-Lei nº 36/2022, apresentar uma contraproposta fundamentada. Acrescentou que se é verdade que houve materiais de construção que aumentaram consideravelmente de preço (alguns dos quais, entretanto já baixaram, como é o caso do cimento e do ferro) já quanto à mão de obra o aumento médio ronda os 6%, tendo sido de 6,7% em 2021, devendo ter-se presente que o valor que agora vem pedido, para efeitos de revisão de preços, corresponde a um aumento de 25,20% com relação aos valores das empreitadas ajustadas. Numa outra abordagem o deputado José Albano Esteves Domingues deu nota de que nos termos do respetivo artigo 2º, nº 1, o referido Decreto-Lei é aplicável aos contratos públicos, em execução ou a celebrar, e aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados ou a iniciar, não entendendo como se pode justificar este pedido de empréstimo com empreitadas que há muito se encontram terminadas, e que já foram inauguradas, como é o caso da “Requalificação do Centro Escolar de Pomares”. Deu nota, também, que se é certo que o montante do empréstimo a contrair é de” até” 2.291.646,35 €uros, o que poderia dar a entender que não se iria pedir a totalidade desse montante, exato é, igualmente, que o “financiamento solicitado” é de “100%”. Concluindo a sua intervenção o deputado José Albano lembrou estarmos perante um empréstimo de longo prazo, amortizável em vinte anos, o que traduz uma oneração de futuras gerações, assim como traduz e retirada de margem de manobra a futuros executivos, hipotecando o concelho e a governação. Relevou ainda a coincidência de, face à carência de capital durante dois anos, apenas se iniciar a amortização ou o pagamento do empréstimo quando o senhor Presidente da Câmara terminar este seu mandato e partir para outros mundos. Afirmou, para terminar, nada terem a apontar quanto à escolha das concretas proposta e entidade bancária com a qual se vai contratualizar o mútuo, tendo em conta que o spread apresentado se revela o mais baixo de todos, sendo cerca de metade do apresentado pelas outras duas entidades bancárias proponentes, e que a Câmara Municipal se reservou o direito de opção da indexante e da respetiva periodicidade.

Foi concedida a palavra ao deputado Francisco Reis de Lima, que iniciou por cumprimentar toda a Assembleia. Disse também que este ponto,

independentemente das razões que estão subjacentes a esse financiamento, existe uma assimetria de informação entre um lado e outro da bancada, uma vez que, na maioria dos casos estão circunscritos à informação que é apenas pública ou aquela que é fornecida pelo município, e quanto a isso, o deputado não se iria pronunciar, porque não foi capaz de analisar as contas em apenas dois dias. Sobre esse ponto, o deputado disse que é colocada à votação a contração de um empréstimo de perto de 2,3 milhões. Na rápida análise que fez, constata que até 2022 a Câmara tem um endividamento de médio/longo prazo de 4,5 milhões. Significa que estariam a votar um aumento desse endividamento de mais de 50%, ou seja, vão recuar a um endividamento de médio/longo prazo sensivelmente idêntico aquele que se registava em 2015. Depois da trajetória da contratação, que foi custosa, necessária e no bom sentido os empréstimos feitos hoje, apesar do spread ser favorável, são feitos num contexto em que a taxa de juro é mais elevada, que aqueles empréstimos feitos nos últimos 7 anos. Falta referir, os tais 7 anos que foram perdidos desde 2015 na trajetória de redução de dívida. Sabem que a taxa do IVA hoje é mais pesada, e estão a assumir um empréstimo a 20 anos, em que não sabem qual trajetória da taxa de juro. O deputado deixou as seguintes questões: Que medidas é que vão ser tomadas, nomeadamente para contenção da despesa, que permita o reequilíbrio das contas, face a este endividamento substancial? É possível reconsiderar algumas das obras que vão beneficiar desse financiamento, nomeadamente por ainda estarem num ponto em que é razoável suspender, ainda que isso implique já alguns custos, o até o seu adiamento, eventual, até porque sabem que não é pela mera existência de um cofinanciamento comunitário que, todas as obras, se tornam automaticamente boas.

Pediu a palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves. Cumprimentou a Assembleia e apenas pediu para fazer um breve comentário sobre o tema, na sequência das intervenções feitas anteriormente. Quase parece que a aprovação do ponto em discussão, parte de uma iniciativa do município, sem qualquer fundamento, o que não seria o caso. Há razões para esse ponto ser trazido à Assembleia e seriam do sobejo conhecimento de todos. Houve há pouco tempo uma pandemia, à qual foi seguida de uma invasão militar num país com efeitos muito concretos, muito gravosos para a economia, que provocou uma onda de ascendente inflação como já não havia memória há cerca de 30 anos, e isso, disse o senhor deputado, representa um acréscimo de custos quase insuportável. Ao contrário do



que lhe pareceu ouvir, a revisão de preços era obrigatória, não era uma opção. Era obrigatória, estava prevista na lei, naturalmente que as entidades adjudicantes teriam os seus direitos de defesa. A revisão de preços está prevista atualmente no regime já aprovado através do decreto lei de 6/2004 que foi objeto de sucessivas alterações e o regime referido foi excecional, destinado precisamente para tentar atenuar esse acréscimo anormal dos custos de produção, em particular, quanto aos custos das matérias primas e ao preço da mão de obra. A revisão de preços tem uma razão essencial, de interesse publico, que é o interesse relacionado com a confiança. Sempre que alguém apresenta uma proposta, não tem que especular aquilo que irá acontecer em termos macroeconómicos. Deve apresenta-la em função dos elementos que dispõe no momento em que é apresentada. Isso é o princípio da igualdade de condições que os concorrentes têm por força da lei. É por isso que constitui uma garantia essencial de confiança e permite-lhes formular e analisar as propostas baseada exclusivamente nas condições exigentes à data do concurso, e a compensação a que houver lugar em função das condições, para mais ou para menos, dos preços associados aos mecanismos da produção. O mecanismo excecional da revisão de preços de 2022, e haverá muita confusão sobre essa matéria, é um regime que prevê a possibilidade de no privado ou público dar conta do tipo da revisão de preços a fazer. O essencial seria que, efetivamente, esses custos cobrissem o montante que certamente resultam da avaliação. Nos trabalhos complementares, foi também referido na Assembleia e com o qual concordam, os projetos têm que ser bem lançados, os cadernos de encargos muito pormenorizados, o que nem sempre é possível por força das próprias circunstâncias e por algum motivo será que, a matéria dos trabalhos complementares já foi objeto de 30 alterações, em quase todas elas essa matéria anda para a frente e para trás. Há três momentos em que é possível justificar os trabalhos a mais, portanto imprevistos existem sempre. O deputado concluiu referindo que todos gostariam de não estar a discutir esse ponto da ordem de trabalhos, mas é uma inevitabilidade e tem que ser conjugada com aquilo que é o investimento que tem que ser feito, caso contrário o discurso associado ao investimento caía por terra.

Antes de passar novamente a palavra aos senhores deputados, a Presidente da Assembleia informou o deputado Francisco Reis de Lima de que quando referiu que o tempo era pouco para a análise dos documentos, também concordava dada a extensão dos mesmos. No entanto, foi feito um grande esforço para enviar toda a



documentação na terça feira, dia seguinte à reunião de Câmara, tendo os senhores deputados, mais de dois dias para analisarem a documentação, cumprindo assim com o regimento da Assembleia. Esta sessão da Assembleia Municipal estava inicialmente agendada para o fim de semana da Festa do Alvarinho e foi antecipada uma semana. Agradeceu à Dra. Sandra e à sua equipa todo o esforço feito para que essa antecipação fosse possível.

Em seguida foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

O senhor Presidente referiu que relativamente à questão da evolução do crédito de médio e longo prazo, colocadas pelos deputados José Albano e Francisco Reis de Lima, fizeram uma redução do crédito a medio prazo considerável. Só com esse trabalho, de redução, é que agora, têm capacidade de crédito. E tem que ser usado no momento certo, sendo necessário. Foi feita essa redução, de forma sustentada, em 2013 com 11 milhões, terminaram em 2022 com 4,5 milhões. Neste momento, precisam de usar o crédito para aquilo que consideram ser importante para o concelho. Se assim não fosse, não teriam condições de colocar no terreno, uma obra que é fundamental para o futuro de Melgaço, com condições de desenvolvimento para o território, pois o financiamento era reduzido perante a dimensão da obra. Contrariamente ao que o deputado Reis de Lima disse, que foram 7 anos perdidos, foram anos em que tiveram oportunidade de fazer o que era possível, para que agora tenham as condições de investimento necessárias para o território.

Em resposta ao deputado José Albano Domingues, o Presidente salientou que não deve haver muitos sítios onde a discussão com os empreiteiros nessas matérias é profunda e às vezes, mesmo acesa. Não facilitam nessa matéria e, portanto, os valores apresentados, são resultantes de uma profunda negociação e não os valores que os empreiteiros querem colocar em cima da mesa. Relativamente à questão dos trabalhos complementares, as equipas da câmara fazem bem o trabalho de casa quando constroem projetos e cadernos de encargos, embora haja sempre alguma dificuldade. E, olhando para essa lista de trabalhos, verificam que não estão para grandezas, de forma a não pesar para o município. Quando referiram que nesse acesso ao crédito, que aconteceu no ano passado e que este ano estão a propor, estão a injetar 7 milhões de crédito, no entanto, as



contas feitas dão nota de que são 5 milhões. O crédito é sempre um compromisso, mas foram capazes de fazer o percurso de redução do crédito considerado, para agora haver condições para voltarem a ter um crédito importante e fundamental para o território. Se até agora foram capazes, não têm dúvidas de que continuarão a fazê-lo. Pedimos, ao governo central, alguns ajustes nas transferências de competências para fazer face às despesas. Felizmente, conseguiram o tratamento igual na ADSE, que na área da educação. Nas contas, a ADSE devolveu ao município 300/400mil euros. As autarquias eram o único organismo do Estado, que têm que pagar as despesas da ADSE dos funcionários, coisa que não acontece em nenhum outro sector. Felizmente, o Governo comprometeu-se, no próximo ano, a que os municípios não terão que fazer face a essa despesa. O Presidente espera que a revisão da lei das finanças locais, que está em cima da mesa, lhes permita ter perspectivas financeiras, para os municípios. Esse investimento para o qual precisam do crédito, a ser feito, será para gerar riqueza para o município. Todas as obras estão ou num estado avançado ou concluídas a breve trecho, e aproveitou para esclarecer o deputado José Albano Domingues que o Centro Escolar de Pomares não está fechada do ponto de vista financeiro. Terminou, mas está em processo de afinação com o novo pormenor. Quando procederam à contratualização de cada uma dessas obras, não tinham qualquer noção dos valores de revisão que viriam a acontecer. Já havia um mecanismo que permitia revisão de preços. O mecanismo que foi estabelecido em 2022 permitiu uma outra visão das revisões de preços.

Já após a resposta do senhor Presidente da Câmara à intervenção do deputado José Albano nesta matéria, e tendo em conta o que pelo líder do Executivo foi afirmado nessa resposta, solicitou o uso da palavra o dito deputado para lhe colocar duas questões, sendo que quanto à primeira, e pegando nas palavras do senhor Presidente da Câmara, ao ter afirmado que o valor do empréstimo espelha rigorosamente, na parte da revisão de preços, os números das revisões apresentados pelos empreiteiros, o senhor deputado questionou se esses valores já estavam, na verdade, quantificados, uma vez que no documento da Certificação Legal de Contas se refere, de forma expressa, que não estão. Numa segunda questão, relacionada com o facto de o senhor Presidente da Câmara ter afirmado que a obra de requalificação do Centro Escolar de Pomares ainda não estava fechada, encontrando-se pendente de “afinações”, o deputado José Albano perguntou se essa aludida falta de encerramento, tendo presente que a obra se

mostra estruturalmente terminada, e que há meses foi inaugurada, se prende, ou não, com a falta do seu pagamento.

O presidente respondeu ao deputado José Albano Domingues dizendo que as obras são terminadas, mas depois de colocadas à disposição do público, muitas vezes carecem de afinações ou correções. Tem acontecido nas piscinas municipais, no centro de estágios, e isso acontece em qualquer obra, e é disso que se trata. Não estão a falar de inaugurar coisas sem ter condições, quando se inauguram têm condições de trabalho, mas por vezes precisa de afinações, e, do ponto de vista financeiro também as obras prolongam um pouco mais até ser possível fechar em definitivo a parte financeira.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a presidente da mesa colocou o assunto a votação.

Foi aprovado por maioria, com 9 votos contra do partido PSD, com declarações de voto de ambas as bancadas parlamentares.

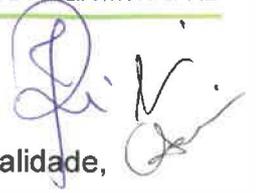
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º5</b>	<b>Análise e votação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2022</b>
---------------------	--

A Presidente da Mesa, pediu ao senhor Presidente da Câmara que fizesse uma pequena apresentação do documento que foi enviado aos senhores deputados.

O senhor Presidente da Câmara apresentou os documentos projetados para toda a Assembleia. O documento contempla os saldos de gerência, receitas, despesas e saldo a transferir para o próximo ano.

Neste concreto assunto da ordem do dia o deputado José Albano Domingues afirmou que a visão que a sua bancada tinha das contas, certamente distinta da do Executivo, tem a virtualidade de servir como alerta para pontos da gestão que importa melhorar. Disse que chegados a este ponto da Ordem de Trabalhos é inevitável estabelecer-se um termo comparativo entre o projetado, o planeado e orçamentado e o efetivamente executado, e que é aqui, de facto, que se tira a prova dos nove, e se percebe que a “ambição” a que o senhor Presidente da Câmara se referiu, abundantemente, na última Assembleia Municipal, muitas vezes se fica por aí mesmo, pelo termo ou palavra. Prosseguiu dizendo que na “Introdução” ao



documento em análise se produzem afirmações que não traduzem a realidade, perguntando em que variáveis, como sejam a criação de riqueza, o poder de compra, as dinâmicas empresariais e económicas, a atração de empresas, o crescimento do emprego, o aumento dos serviços e da qualidade de vida, os índices de crescimento e de desenvolvimento demográfico e social, é que esse discurso se estriba. Questionou, também, tendo por base o ali afirmado, se se entende que as metas estabelecidas foram cumpridas. Defendendo deixar-se de lado as palavras, vãs, e pegando em números, venceu que no exercício de 2022 a execução do lado da receita se situou nos 80% e do lado da despesa nos 77%. Relembrou que pior foram ainda os resultados da despesa de capital, ligada ao investimento, onde o nível de execução não ultrapassou os 66%, o que significa que mais de um terço das obras previstas e orçamentadas não chegou a ser realizado. Verificou, em contrapartida, que o passivo do Município subiu, no espaço de um ano, quase 7.000.000,00 Euros, passando de 12.075.043,54 Euros para 18.971.180,45 Euros, que a dívida a fornecedores, no espaço de um ano, subiu cerca de 1.000.000,00 Euros, passando de 3.234.667,29 Euros para 4.228.975,59 Euros. No que concerne ao prazo médio de pagamento aos fornecedores constatou que se situa nos 118 dias, muito para além do que está previsto na lei. Paralelamente, o que referiu a todos dever deixar preocupados, notou que ao passo que a despesa com pessoal subiu 4,71%, perfazendo quase 40% da estrutura de gastos e 63% do total dos custos operacionais, a rácio de liquidez do Município é de tão só 0,56%, que os fundos próprios do Município registaram uma diminuição de 8,55%, assim como diminuíram, face a 2021, os rendimentos da propriedade e as receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro. O deputado José Albano fez, seguidamente, uma ressalva, no tocante aos impostos municipais, para dizer que contrariamente ao que o senhor Presidente da Câmara havia afirmado na introdução feita na Assembleia a este tema, o pagamento de IMT não implica, necessariamente, transações imobiliárias, dando como exemplo, na primeira pessoa, a aquisição de um quinhão hereditário numa herança da qual fazem parte bens imóveis mas em que o que concretamente se adquire é tão só uma quota ideal e não qualquer imóvel. Prosseguiu a sua análise afirmando que, em contrapartida, aumentaram as receitas provenientes da cobrança de tarifas no setor de abastecimento de água, do saneamento e dos resíduos sólidos, e pela simples razão de se terem aumentado os preços e se ter ido buscar mais dinheiros aos bolsos dos residentes em Melgaço. O senhor deputado afirmou



ser muito importante analisar e perceber, também, qual o contributo da parte do Município para aquelas que sistematicamente se apresentam com as grandes bandeiras da governação do Sr. Presidente da Câmara e Executivo PS – o Turismo e a Vitivinicultura – notando que em 2022, em termos de “gastos por classificação funcional”, nas “funções económicas”, onde se incluem a agricultura, pecuária, indústria e energia, transportes e comunicações, comércio e turismo, o investimento não chegou sequer aos 2.000.000,00 €uros, tendo sido de, concretamente, 1.853.343,51 €uros, e isto num universo de quase 14.000.000,00 €uros de gastos, o que só vem reforçar o que na Assembleia os deputados do PSD já haviam, e por mais do que uma vez, afirmado, no sentido de que se temos sucesso na produção e comercialização de vinhos e no turismo tal se deve fundamentalmente ao esforço e ao investimento dos privados. O deputado José Albano, finalizando esta sua intervenção, realçou que se é certo que temos um resultado líquido do exercício de 364.852,68 €uros, certo é, também, que para que tal aconteça basta deixar de fazer obra ou investimento ou de se pagar aos fornecedores, e terminou, questionando para quando a cadastramento do património imobiliário do Município de Melgaço, e o registo dos imóveis na Conservatória, que já estavam em falta no ano passado, e desde há anos a esta parte, mormente em ordem a que as demonstrações financeiras reflitam a universalidade daqueles bens e a que a certificação legal das contas por parte dos auditores não tenha de espelhar, ano após ano, essas reservas.

A Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

O deputado José Albano começou por fazer referência às taxas de execução do orçamento para o ano que terminou, de 2022. O Presidente disse que estão a fazer aquilo que estruturalmente tem que ser feito, para que o município tenha condições de atratividade, condições de fixação de empresas e capacidade de gerar atratividade demográfica. As coisas têm de ser feitas com o olhar bem posto no horizonte e saber o caminho que deve ser traçado. Quando em 2022, continuaram a fazer a obra da zona empresarial, quando lançaram um PRR de 13 milhões para uma zona empresarial de nova geração, que trará ao município competitividade que nenhum outro terá, estavam a fazer o município mais atrativo. Ainda não há grandes obras no terreno, mas há atratividade para que estas se realizem. Receberam recentemente informação de que um terreno de dimensão considerável foi vendido



porque há empresários não melgacenses interessados em investir em habitação em Melgaço. Alguma coisa está a acontecer quando têm duas superfícies comerciais para arrancar no município. Os investidores consideram que em Melgaço vale a pena fazer esse investimento. Portanto, o que se está a fazer e essas contas refletem-no, é colocar no terreno essa ambição. Se no orçamento tiveram um valor abaixo, significa que, por razões várias não conseguiram colocar no terreno cada obra que era suposto colocar em 2022. Não significa que não as obras não estejam no terreno. Significa que não foi possível realizar a obra na percentagem que gostariam que tivesse acontecido, como por exemplo, a zona empresarial. Gostariam que ficasse pronta em outubro, do ano que passou e não foi possível com o inverno complicado que tivemos. E, portanto, aquilo que estava colocado no orçamento que era a realização integral da zona empresarial de Alvaredo, em 2022, teve que deslocar-se, em parte, para 2023. Daí a realização do ponto de vista de despesa de capital e mesmo de receita de capital, seja inferior. Mas a obra está a acontecer e irá ficar pronta. O mesmo aconteceu num conjunto de outras obras. Estão a trabalhar afincadamente e as contas dão nota disso. O senhor deputado, referiu também, os desvios nos fundos comunitários, referiu os impostos municipais e o aumento da receita na área das tarifas de água. Estas últimas cresceram porque foram atualizadas, para que sejam capazes de pagar o sistema de água e saneamento. É, para além disso, tiveram a capacidade de ver no final do ano, o trabalho das equipas premiado com o facto de na área do saneamento, concretamente na área do trabalho das ETARES que cumpriram integralmente os critérios definidos. Isso permitiu que estivessem preparados para o investimento. Se este percurso não tivesse sido feito, ou seja, com sistemas sustentados, não seriam capazes de fazer o trabalho. A questão da receita das eólicas, isso acontece não porque o município fez menos isso ou menos aquilo, mas porque este ano foi menos produtivo, e, portanto, a percentagem esteve abaixo daquilo que foi o ano anterior. A questão colocada do passivo, reflete o facto de terem que acondicionar aquilo que não é realizado do ponto de vista do investimento financiado. E com o investimento financiado nesse momento, têm que acomodar esse valor que está definido, do lado passivo, daí esse crescimento. Relativamente à economia, o Presidente referiu que se faz apostando naquilo que devem ser os trajetos bem definidos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Mesa colocou o assunto a votação.

Foi aprovado por maioria, com 9 votos contra do partido PSD, com declarações de voto de ambas as bancadas parlamentares.

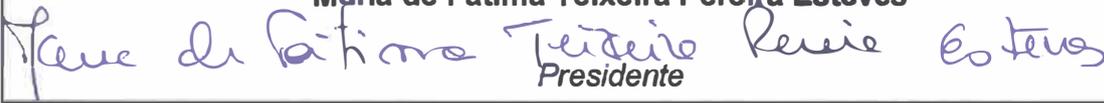
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º6</b>	<b>Intervenção do Público</b>
---------------------	-------------------------------

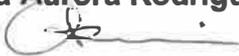
Não houve intervenção do público.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram treze horas e dois minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

**Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves**

  
Presidente

**Catarina Aurora Rodrigues Mira**

  
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

**António Nabeiro**

  
2.º Secretário da Mesa da Assembleia

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO  
QUANTO AO ASSUNTO Nº “4” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE  
22/04/2023

(“Análise e votação do Relatório Final do pedido para contratação de um Empréstimo de Longo Prazo até ao  
montante de 2.291.646,35 € e os respetivos compromissos plurianuais, bem como autorização nos termos do nº 2  
do artigo 51º da Lei nº 73/2023, de 12 de setembro”)

A revisão extraordinária de preços, cuja possibilidade vem legalmente consagrada no Decreto-Lei nº 36/2022, de 20 de maio, pretende adequar a forma de revisão de preços existente no contrato à estrutura de custos real da empreitada, criando assim um mecanismo de revisão que acomode as alterações dos preços dos materiais, da mão de obra e dos equipamentos de apoio nos termos que de antemão se encontravam já definidos no Decreto-Lei 6/2004, de 6 de janeiro.

Sublinhe-se, porém, que nem todos os contratos podem ser objeto de revisão extraordinária de preços, tornando-se necessário que estejam reunidos critérios de elegibilidade, sendo os pressupostos para que o empreiteiro possa apresentar um pedido de revisão extraordinária de preços cumulativos, e pressupondo que um determinado material, tipo de mão de obra ou equipamento de apoio represente, ou venha a representar durante a execução, pelo menos 3% do preço contratual e que a taxa de variação homóloga do custo seja igual ou superior a 20%.

Ora, no espaço de cerca de um ano, no concreto caso da Câmara Municipal de Melgaço, vemo-nos confrontados com pedidos de empréstimos que ultrapassam os cinco milhões de euros.

Não nos podemos olvidar, também, que o Passivo do Município de Melgaço, entre o corrente e o não corrente, ascendia já, à data de 31 de dezembro de 2022, a cerca de 19.000.000,00 €uros de (concretamente 18.971.180,45 €uros).

Concordamos, pontualmente, com a contratação de empréstimos, quando os entendermos imprescindíveis para a execução de obras necessárias e até urgentes, como foi o caso da reabilitação das piscinas municipais cobertas, uma valência que desde há anos se encontrava bastante degradada e claramente carente de requalificação, insubstituível na perspetiva da prática desportiva, da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida para os residentes em Melgaço.

Mas quanto a este concreto pedido de empréstimo, a sua necessidade ou inevitabilidade, e a fundamentação apresentada para a sua contratação, não nos convence de todo.

São apresentados como justificativos as revisões de preços por parte dos empreiteiros, consequentes ao aumento dos preços das matérias-primas e da mão-de-obra – no valor de 1.856.835,41 €uros – os trabalhos complementares ou a mais nas ditas empreitadas – no montante de 298.920,00 €uros – e “outros valores não elegíveis de operação”, valores (últimos) estes que no documento não vêm concretizados e que o senhor Presidente da Câmara, não obstante questionado a este respeito, não nos soube responder.

Quanto aos trabalhos complementares impõe-se (com o que até o líder da bancada do Partido Socialista na Assembleia disse concordar) que aquando do planeamento e projeção das obras, a elaboração das plantas e peças desenhadas, as memórias descritivas e os cadernos de encargos devem ser o mais exaustivos e pormenorizados possível, em ordem a evitar a necessidade de depois se onerar o erário público com a despesa inerente aos juros e comissões inevitavelmente associados a um empréstimo bancário.

Já quanto à revisão dos preços propriamente dita, e contrariamente ao que parece resultar da “informação Interna” no documento que nos foi distribuído, na parte de “outros considerandos”, onde se refere que *“a revisão de preços é devida aos empreiteiros independentemente da vontade do dono da obra”*, importa dizer que a possibilidade de os empreiteiros a apresentarem não significa que a Câmara Municipal tenha de aceitar e pagar tudo quanto lhe seja presente.

O dono da obra (em concreto o Município de Melgaço, através da Câmara Municipal) nem só não é obrigado a aceitar nesses termos como também poderá apresentar uma contraproposta fundamentada, nos termos do previsto no artigo 3º, nº 3, do referido Decreto-Lei nº 36/2022. Com efeito,

Caso a proposta apresentada pelo empreiteiro não se adegue à estrutura de custos da obra, o contraente público deverá, no prazo de vinte dias a contar da data de receção do pedido, apresentar a contraproposta, passando esta a ser a revisão de preços da empreitada, de acordo com o disposto no número 4 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 36/2022 de 20 de maio. E apenas nas situações em que seja verificada uma desadequação da fórmula existente no contrato face à estrutura de custos da empreitada é que deverá ser aplicado o fator de compensação referido na alínea b) do número 3 desse mesmo preceito.

Dizer, por outro lado, que se é verdade que houve materiais de construção que aumentaram consideravelmente de preço, já quanto à mão de obra, considerando as treze principais profissões elencadas para efeitos de revisão de preços, o aumento médio ronda os 6%. E repare-se que o valor pedido, por via do empréstimo em discussão, para efeitos de revisão de preços, corresponde, neste caso, a um aumento de 25,20% (com relação aos valores das empreitadas ajustadas), muitíssimo acima, por exemplo, dos 7,8% da inflação registada em 2022.

Dizer, também, que conforme respetivo artigo 2º, nº 1, o referido Decreto-Lei é aplicável aos contratos públicos, em execução ou a celebrar, e aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados ou a iniciar, e que não se entende como se pode justificar este pedido de empréstimo, à presente data, com empreitadas, elencadas no quadro que consta do Anexo I ao documento, que há muito se encontram estruturalmente terminadas, há meses inauguradas, e em que se verificou já a sua receção (ao menos provisória), como é o caso da “Requalificação do Centro Escolar de Pomares”.

A revisão de preços extraordinária aplica-se, de facto, no âmbito das situações previstas no artigo 2º do DL 36/2022 e nos casos previstos no artigo 3º do mesmo diploma, até à receção provisória da obra, independentemente de ter havido ou não prorrogação de prazo, considerando-se que a receção provisória parcial de uma parte da empreitada veda o direito à revisão de preços sobre essa parte da obra.

Relembrar, ainda, que estamos perante um empréstimo de longo prazo, amortizável em vinte anos, o que traduz uma oneração de futuras gerações, e a retirada de margem de manobra a futuros executivos camarários, que, dependendo da evolução das taxas de juros, se verão confrontados com amortizações médias de mais de 850.000,00 €uros por ano, hipotecando o concelho e deixando hipotecada a futura governação;

E relevar, finalmente, a coincidência de, face à carência de capital durante o espaço de dois anos, apenas se iniciar a amortização ou pagamento deste empréstimo quando o senhor Presidente da Câmara terminar este seu mandato, a cujo sufrágio, por lei, nem se poderá recandidatar.

São estas as razões que justificam o nosso sentido de voto, de frontalmente contra.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO  
QUANTO AO ASSUNTO Nº “5” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE  
22/04/2023

(“Análise e votação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2022”)

Num Estado de Direito responsável, no domínio da gestão pública, e por vínculo com o princípio da transparência democrática, impõe-se uma prestação de contas que apela, num sentido estrito, à apresentação de um documento formal, no qual estejam plasmados os resultados da gestão financeira respeitante a um determinado ator (neste caso a Câmara Municipal de Melgaço) e a um determinado período financeiro (em concreto o ano de 2022), concretizando ainda o dever de divulgação aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, da informação sobre a respetiva situação financeira, contas essas a apresentar, no que respeita aos entes locais, perante órgãos de natureza política (neste caso a Assembleia Municipal de Melgaço).

Chegado este momento, da prestação de contas, é inevitável estabelecer-se um termo comparativo entre aquilo que foi projetado, planeado e orçamentado e aquilo que foi efetivamente executado, sendo aqui, perante a crua realidade dos números, que podemos concluir se quem nos governa cumpriu com as promessas e objetivos a que se propôs, ou se, ao invés, falhou nas realizações projetadas e não executou o que prometeu.

Pois bem, não obstante na “Introdução” ao documento de prestação de contas se ter escrito que *“em 2022 foi notório o trabalho em prol de um território mais competitivo e mais atrativo para todos quantos nele vivem, investem, trabalham e visitam”*, e que *“a gestão orçamental pautou-se por elevados níveis de exigência, essenciais no cumprimento das metas estabelecidas”*, vemos que se trata de afirmações vãs ou ocas, destituídas de fundamento, e sem correspondência com aquela que é a realidade do nosso concelho e os números que nos são apresentados.

Melgaço, na verdade, não se tornou, neste último ano de 2022, num território mais atrativo, onde se tenha criado mais riqueza, onde tenha aumentado o poder de compra, onde crescessem as dinâmicas empresariais e económicas, onde aumentasse o emprego, onde houvesse incremento dos serviços e da qualidade de vida, onde os índices de crescimento e de desenvolvimento demográfico e social fossem visíveis.

Neste exercício de 2022, com relação ao que constava do orçamento aprovado em dezembro de 2021, a execução não ultrapassou, do lado da receita, os 80% (registando um desvio, para menos, de 4.961.024,00 €uros), e do lado da despesa os 77% (com um desvio, para menos, de 5.653.251,00 €uros).

Não adianta apresentar, ano após ano, com fins propagandísticos (a que depois a Rádio Vale do Minho confere ainda mais ênfase), orçamentos com números gordos ou estratosféricos, pois que, ano após ano, o que se vê é que, afinal, “a montanha pariu um rato”.

É preocupante constatar que no que concerne a investimentos e realização de obras (a denominada “despesa de capital”) o nível de execução por parte da Câmara Municipal de Melgaço não ultrapassou, no ano findo, os 66%, o que significa que mais de um terço das obras previstas e orçamentadas não chegaram a ser realizadas.

Em contrapartida, é um facto o de que o passivo do Município subiu, no espaço de um ano, quase 7.000.000,00 €uros, passando de 12.075.043,54 €uros, em 31/12/2021, para 18.971.180,45 €uros em 31/12/2022.

A dívida a fornecedores, no espaço de um ano, entre 31/12/2021 e 31/12/2022, subiu cerca de 1.000.000,00 €uros, passando de 3.234.667,29 €uros para 4.228.975,59 €uros.

No que concerne ao prazo médio de pagamento aos fornecedores verifica-se que no caso da Câmara Municipal de Melgaço este se situa nos 118 dias, quase seis vezes mais do que o que está preconizado na lei, pois que o Decreto-Lei nº 62/2013, de 10 de maio, estabelece que nas transações entre empresas e entidades públicas o prazo de pagamento não deve exceder os 30 dias (sendo alargado para um máximo de 60 dias no caso de entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde, o que não é o caso).

Paralelamente, ao passo que a despesa com pessoal perfaz quase 40% da estrutura de gastos e 63% do total dos custos operacionais (libertando pouca margem para o investimento), constata-se que a rácio de liquidez do Município é de tão só 0,56%, que os fundos próprios registaram uma diminuição de 8,55%, assim como diminuíram, face a 2021, os rendimentos da propriedade (nas quais se incluem as rendas das eólicas) e as receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (“FEF”).

Constata-se que aumentaram, também, as receitas provenientes da cobrança de tarifas no setor do abastecimento de água, do saneamento e dos resíduos sólidos, mas neste caso pela simples razão de a Câmara ter aumentado os preços, com o que se foi buscar mais dinheiro aos bolsos dos Melgacenses.

Numa análise mais específica, e em ordem a perceber qual o contributo da parte do Município neste campo, pode verificar-se que o Turismo e a Vitivinicultura, que o senhor Presidente da Câmara e Executivo PS anunciam, sistematicamente, como as grandes bandeiras da sua governação, mas onde também se incluem rubricas tão importantes como a agricultura (em geral), a pecuária, a indústria e a energia, os transportes e as comunicações, e o

comércio, o investimento em 2022 não chegou sequer a um milhão e novecentos mil euros, e isto num total de gastos de quase catorze milhões de euros, o que só reforça o que temos vindo a afirmar, no sentido de que se em Melgaço temos sucesso na produção e comercialização de vinhos e/ou no turismo tal se deve ao esforço e ao investimento dos privados, e não à ação ou ao apoio da Câmara Municipal e do governo PS.

É pelas expostas razões que o nosso sentido de voto apenas poderia ser contra.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto n.º 4 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de abril de 2023:  
“Consulta às entidades bancárias com balcão em Melgaço para a contratação de um  
Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de € 2.291.646,35”**

\*\*\*\*\*

A revisão de preços dos contratos públicos consiste num mecanismo que visa assegurar o equilíbrio económico-financeiro do contrato durante a fase da sua execução, dado que nos contratos de execução continuada podem modificar-se as circunstâncias económicas em que as partes fundaram a decisão de contratar.

O direito à revisão de preços constitui, por isso, um direito de ordem pública, visando evitar injustos ou excessivos lucros, tanto podendo atuar a favor do contraente particular como a favor da Administração, em função do sentido que tenha em cada caso a variação dos preços.

Sendo essa a principal razão pela qual a revisão de preços nas empreitadas de obras públicas é obrigatória, ela cobre todo o período compreendido entre o mês anterior ao da data-limite para a entrega das propostas e a data do termo do prazo de execução contratualmente estabelecido, acrescido das prorrogações legais.

Esta obrigação, prevista no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, foi reforçada através da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, que veio estabelecer um regime excecional e temporário de revisão de preços e de adjudicação, em resposta ao aumento abrupto e excecional dos custos com matérias-primas, materiais, mão de obra e equipamentos de apoio, com impacto em contratos públicos, especialmente nos contratos de empreitadas de obras públicas.

Este regime excecional é aplicável aos contratos públicos, em execução ou a celebrar, e aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados ou a iniciar, e ainda, com as necessárias adaptações, aos contratos públicos de aquisição de bens e, nos casos de aquisições de serviços, às categorias de contratos determinados por portaria dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade, bem como aos contratos que, independentemente da natureza jurídica do dono da obra, estejam sujeitos a regras de contratação pública.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

Conforme bem refere a informação interna que sustenta a proposta trazida a deliberação a esta Assembleia Municipal, “... estas revisões de preços decorrem da lei (e, por decorrência da lei, do próprio contrato) e não de uma (específica) decisão de gestão dos órgãos autárquicos nesse sentido. Portanto, a revisão de preços é devida aos empreiteiros, independentemente da vontade do dono da obra, não estando, por isso, na sua disponibilidade não as autorizar, mas apenas proceder ao seu enquadramento, desde logo do ponto de vista financeiro, no sentido de cumprir o que é legal e contratualmente devido”.

É certo que este financiamento vem onerar o orçamento municipal num montante elevado. Contudo, trata-se de uma contingência que não era previsível, decorrente de fatores externos de mercado, não podendo esta verba ser acomodada nas receitas provenientes dos fundos comunitários de suporte da despesa de capital, por não ter nela cabimento.

Assim sendo, a contração de um empréstimo de médio-longo prazo para fazer face a esta despesa – sublinhe-se, obrigatória do ponto de vista legal e contratual – consubstancia um ato equilibrado de gestão contratual do Município, que atenua o risco de eventuais futuras derrapagens financeiras associadas ao risco de incumprimento e pagamento de elevados juros de mora e despesas com os seus cocontratantes.

O procedimento de consulta a instituições financeiras destinado a obter as propostas economicamente mais vantajosas para a contração de empréstimo de médio e longo prazo para financiar a contingência financeira relativa à revisão de preços seguiu a tramitação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, tendo o relatório de análise de propostas concluído pela adjudicação à proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola, por ser a mais vantajosa.

De modo que a contração do empréstimo bancário para financiar a revisão extraordinária de preços dos contratos públicos em curso permite proporcionar ao Município estabilidade económica a longo prazo, ao garantir os recursos necessários para lidar com as flutuações de preços, evitando possíveis prejuízos à economia local, consubstanciando por isso uma gestão adequada e transparente dos recursos públicos.

Sendo estas, em síntese, as razões que determinam o voto favorável do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Melgaço, 22 de abril de 2023

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto n.º 05 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Abril de 2023:  
“Análise e votação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório  
de Gestão de 2022”**

\*\*\*\*\*

A Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2022 é um documento, essencialmente técnico, que visa apresentar a situação económica no referido período.

A documentação presente à Assembleia Municipal apresenta, de forma clara e transparente, aquilo que foram as execuções orçamentais relativamente ao ano em causa.

Nesse âmbito técnico a análise da auditoria e da certificação legal das contas refere que *“as demonstrações financeiras apresentadas refletem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais a posição financeira do Município de Melgaço em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública”* e ainda que *“...o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais”*.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, depois de ter votado favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento de 2022 e após verificar uma boa taxa de execução, para além do voto favorável não pode, coerentemente, deixar de se congratular com o trabalho levado a efeito pelo executivo municipal e que transparece perfeitamente no documento apresentado.

**Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2022**

Melgaço, 22 de Abril de 2023

Grupo Municipal do Partido Socialista